

1. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome coordena, gere e operacionaliza o Programa Bolsa Família e, em especial, executa as seguintes atividades:
 - a) Realiza a gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família; supervisiona o cumprimento das condicionalidades e promove a oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados; acompanha e fiscaliza a execução do Programa Bolsa Família, utilizando para tanto, de mecanismos intersetoriais; disciplina, coordena e implementa as ações de apoio financeiro à qualidade da gestão e da execução descentralizada do Programa Bolsa Família; e coordena, gere e operacionaliza o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
 - b) Supervisiona o cumprimento das condicionalidades e promove a oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados; acompanha e fiscaliza a execução do Programa Bolsa Família, utilizando para tanto, de mecanismos intersetoriais; disciplina, coordena e implementa as ações de apoio financeiro à qualidade da gestão e da execução descentralizada do Programa Bolsa Família; e coordena, gere e operacionaliza o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
 - c) Acompanha e fiscaliza a execução do Programa Bolsa Família, utilizando para tanto, de mecanismos intersetoriais; realiza a gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família; disciplina, coordena e implementa as ações de apoio financeiro à qualidade da gestão e da execução descentralizada do Programa Bolsa Família; e coordena, gere e operacionaliza o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
 - d) Disciplina, coordena e implementa as ações de apoio financeiro à qualidade da gestão e da execução descentralizada do Programa Bolsa Família. Realiza a gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família; supervisiona o cumprimento das condicionalidades e promove a oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados; acompanha e fiscaliza a execução do Programa Bolsa Família, utilizando para tanto, de mecanismos intersetoriais.

2. Os programas de transferência de renda cujos procedimentos de gestão e execução foram unificados pelo Programa Bolsa Família, são:
 - a) Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – "Bolsa Escola", Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – "Cartão Alimentação", Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde – "Bolsa Alimentação" e Programa Auxílio-Gás.
 - b) Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – "Bolsa Escola", Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – "Cartão Alimentação" e Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde – "Bolsa Alimentação".
 - c) Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – "Bolsa Escola", Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – "Cartão Alimentação", Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde – "Bolsa Alimentação", Programa Nacional de Acesso à Alimentação – "Programa Auxílio-Gás" e Programa Nacional de Acesso à Habitação – "Programa Aluguel Social".
 - d) Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – "Bolsa Escola", Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – "Cartão Alimentação", Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde – "Bolsa Alimentação", Programa Nacional de Acesso à Alimentação – "Programa Auxílio-Gás",

- Programa Nacional de Acesso à Habitação – "Programa Aluguel Social" e Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – "Bolsa Escola", Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – "Cartão Alimentação", Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde – "Bolsa Alimentação", Programa Nacional de Acesso à Alimentação – "Programa Auxílio-Gás" e Programa Nacional de Acesso à Alimentação – "Programa Viva Leite".

3. De acordo com o Código de Ética Profissional, são princípios fundamentais:
 - a) Reconhecimento da liberdade, defesa e garantia dos direitos humanos, consolidação da cidadania, defesa da democracia, equidade e justiça social, eliminação de todas as formas de preconceito nas questões de classe social, gênero, raça e etnia, religião, nacionalidade, regionalidade, orientação sexual, geracional e condição física, garantia de pluralismo, projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, articulação com os movimentos de outras categorias, compromisso com a qualidade dos serviços prestados, exercer a profissão sem discriminar ou ter preconceito.
 - b) Reconhecimento da liberdade, defesa dos direitos humanos, consolidação da cidadania, defesa da democracia, equidade e justiça social, eliminação de todas as formas de preconceito nas questões de classe social, gênero, raça e etnia, religião, nacionalidade, regionalidade, orientação sexual, geracional e condição física, garantia de pluralismo, projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, articulação com os movimentos de outras categorias, compromisso com a qualidade dos serviços prestados, exercer a profissão sem discriminar ou ter preconceito.
 - c) Reconhecimento da liberdade, defesa dos direitos humanos, consolidação da cidadania, defesa da democracia, equidade e justiça social, eliminação de todas as formas de preconceito nas questões de classe social, gênero, raça e etnia, religião, nacionalidade, regionalidade, orientação sexual, geracional e condição física, garantia de pluralismo, projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, articulação com os movimentos de outras categorias, compromisso com a qualidade dos serviços prestados, exercer a profissão sem discriminar ou ter preconceito.
 - d) Reconhecimento da liberdade, defesa e garantia dos direitos humanos, consolidação da cidadania, defesa da democracia, equidade e justiça social, eliminação de todas as formas de preconceito nas questões de classe social, gênero, raça e etnia, religião, nacionalidade, regionalidade, orientação sexual, geracional e condição física, projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, articulação com os movimentos de outras categorias, compromisso com a qualidade dos serviços prestados, exercer a profissão sem discriminar ou ter preconceito.

4. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:
 É competência do Conselho Federal de Serviço Social:
 () Zelar pela observância dos princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social.
 (...) Introduzir alteração no Código de Ética Profissional, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais.
 (...) Atuar como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância do Código de Ética Profissional e nos casos omissos.
 (...) Zelar pela observância dos princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional e funcionar como órgão julgador de primeira instância.
 A sequência correta é:
 a) V, F, F, F.
 b) F, V, F, V.
 c) V, V, V, V.
 d) V, V, F, V.
-
5. De acordo com o Artigo 2º da Constituição da República Federativa do Brasil, os poderes da União são:
 a) Independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
 b) Independentes entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
 c) Harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
 d) Distintos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
-
6. Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:
 (...) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de acordo com o artigo 3º da Carta Magna Brasileira: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 (...) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de acordo com o artigo 3º da Carta Magna Brasileira: construir uma sociedade livre e justa; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 (...) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de acordo com o artigo 3º da Carta Magna Brasileira: construir uma sociedade justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 (...) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de acordo com o artigo 3º da Carta Magna Brasileira: construir uma sociedade livre e solidária; garantir o desenvolvimento regional e nacional; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 A sequência correta é:
 a) V, F, F, F.
 b) F, V, F, V.
 c) V, F, V, F.
 d) V, V, F, V.
-
7. No Artigo 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
 a) Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; igualdade entre os Estados; defesa e garantia da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político.
 b) Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político.
 c) Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; igualdade entre os Estados; defesa da paz; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político.
 d) Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; concessão de asilo político.
-
8. Considerando a legitimidade do processo de participação dos cidadãos no Sistema Único de Saúde, os Conselhos Gestores e as Conferências no âmbito das três esferas de governo. São espaços institucionais, compostos igualmente por representantes do poder público e da sociedade civil. Suas principais competências são:
 a) Aprovar a política pública de assistência social, normatizar e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada, zelar pela efetivação do SUAS, apreciar e aprovar propostas orçamentárias, convocar as conferências de assistência social, entre outras.
 b) Aprovar a política pública de assistência social, normatizar a prestação de serviços de natureza pública e privada, zelar pela efetivação do SUAS, apreciar e aprovar propostas orçamentárias, convocar as conferências de assistência social, entre outras.
 c) Aprovar a política pública de assistência social, regular a prestação de serviços de natureza pública e privada, zelar pela efetivação do SUAS, apreciar e aprovar propostas orçamentárias, entre outras.
 d) Nenhuma das alternativas anteriores.
-
9. Para fins de partilha dos recursos da União, a NOB-SUAS/2005 estipula o número mínimo de CRAS de acordo com o porte do município. Determina ainda dimensões de território, definidos por um número máximo de famílias nele referenciadas, a saber:
 a) Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5000 famílias referenciadas; Metrôpoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.
 b) Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 1.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 4.000 famílias referenciadas; Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5000 famílias referenciadas; Metrôpoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 6.000 famílias referenciadas.
 c) Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até

4.500 famílias referenciadas; Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 6000 famílias referenciadas; Metrôpoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 7.000 famílias referenciadas.

- d) Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 1.500 famílias referenciadas; Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 2.500 famílias referenciadas; Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 3.000 famílias referenciadas; Metrôpoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 4.000 famílias referenciadas.

- 10.** Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:
- (...) PAIF - Programa de Atenção Integral à Família e CRAS – Centro de Referência da Assistência Social não são sinônimos. São, respectivamente, um programa e um equipamento intrinsecamente inter-relacionados.
- (...) PAIF – Programa de Atenção Integral à Família e CRAS – Centro de Referência da Assistência Social são sinônimos. São programas e equipamentos intrinsecamente inter-relacionados.
- (...) Todo CRAS executa, obrigatoriamente, o PAIF.
- (...) O CRAS é uma unidade socioassistencial que possui uma equipe de trabalhadores da política de assistência social responsáveis pela implementação do PAIF, deserviose projetos de proteção básica e pela gestão articulada no território de abrangência, sempre sob orientação do gestor municipal.
- A sequência correta é:
- V, V, V, F.
 - F, F, F, V.
 - V, F, V, V.
 - V, V, F, F.

- 11.** Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:
- (...) O CREAS articula os serviços de média complexidade e opera a referência e a contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e movimentos sociais. Estabelece mecanismos de articulação permanente, como reuniões, encontros ou outras instâncias para discussão, acompanhamento e avaliação das ações, inclusive as intersetoriais.
- (...) O CREAS, prestará atendimento prioritário às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes e atendimento a adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa em meio aberto (L.A e PSC).
- (...) Cada município verificará a possibilidade de ampliação gradual dos serviços do CREAS, de modo a abarcar outras situações de risco ou violação de direitos (com relação às pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, população de rua, entre outras).
- (...) O CREAS tem o papel de "potencializar estrategicamente a promoção e proteção dos direitos da infância e adolescência, no campo de todas as políticas públicas, especialmente no campo das políticas sociais".
- A sequência correta é:
- V, F, V, F.
 - V, V, F, V.
 - V, F, V, V.
 - V, V, F, F.

- 12.** O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a:
- Indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.
 - Indivíduos e famílias com seus direitos violados ou não, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.
 - Famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.
 - Indivíduos e famílias com seus direitos violados e vulnerabilizados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

- 13.** De acordo com a Política Nacional do Idoso, entende-se por modalidade não-asilar de atendimento:
- Centro de Convivência, Centro de Cuidados Diurno, Casa-Lar, atendimento domiciliar e outras formas de atendimento: iniciativas surgidas na própria comunidade, que visem à promoção e à integração da pessoa idosa na família e na sociedade.
 - Centro de Convivência, Centro de Cuidados Diurno, Casa-Lar, Oficina Abrigada de Trabalho, atendimento domiciliar e outras formas de atendimento: iniciativas surgidas na própria comunidade, que visem à promoção e à integração da pessoa idosa na família e na sociedade.
 - Centro de Convivência, Centro de Cuidados Diurno: Hospital, Casa-Lar, Internação domiciliar, atendimento domiciliar e outras formas de atendimento: iniciativas surgidas na própria comunidade, que visem à promoção e à integração da pessoa idosa na família e na sociedade.
 - Centro de Convivência, Centro de Cuidados Diurno: Hospital, Casa-Lar, Internação domiciliar e outras formas de atendimento: iniciativas surgidas na própria comunidade, que visem à promoção e à integração da pessoa idosa na família e na sociedade.

14. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende:

- a) Receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- b) Receber proteção e socorro em toda e quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- c) Receber proteção e socorro em toda e quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento em todos os serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- d) Receber proteção e socorro em toda e quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento em todos os serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e comunitárias e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

15. Nenhuma criança ou adolescente pode ser objeto de:

- a) Toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- b) Qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punida na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- c) Toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei de todo e qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- d) Toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei de todo e qualquer atentado, por toda e qualquer ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

16. A gestante, através do Sistema Único de Saúde, tem assegurado o atendimento pré e perinatal:

- a) A gestante tem direito ao acompanhamento clínico, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.
- b) A gestante tem direito ao acompanhamento clínico, obedecendo-se aos princípios de regionalização, universalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder

público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

- c) A gestante tem direito aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.
- d) A gestante tem direito ao acompanhamento clínico, obedecendo-se aos princípios de regionalização, universalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde; a Parturiente será atendida pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal e o poder público está incumbido de propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

17. De acordo com o Estatuto do Idoso, o direito ao respeito consiste:

- a) Na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.
- b) Na inviolabilidade da integridade física, psíquica, civil e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.
- c) Na inviolabilidade da integridade física, psíquica, civil e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, da vida, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.
- d) Na inviolabilidade da integridade física, psíquica, civil e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, da vida, da independência, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

18. Exatamente, em qual ano teve início a história da Saúde Pública no Brasil e em qual ano o Ministério da Saúde foi instituído:

- a) A história da Saúde Pública Brasileira teve início em 1808, o Ministério da Saúde só veio a ser instituído no dia 25 de julho de 1953, com a Lei nº 1.920, que desdobrou o então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios: Saúde e Educação e Cultura.
- b) A história da Saúde Pública Brasileira teve início em 1908, o Ministério da Saúde só veio a ser instituído no dia 25 de julho de 1953, com a Lei nº 1.920, que desdobrou o então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios: Saúde e Educação e Cultura.
- c) A história da Saúde Pública Brasileira teve início em 1888, o Ministério da Saúde só veio a ser instituído no dia 25 de julho de 1953, com a Lei nº 1.920, que desdobrou o então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios: Saúde e Educação e Cultura.
- d) A história da Saúde Pública Brasileira teve início em 1800, o Ministério da Saúde só veio a ser instituído no dia 25 de julho de 1953, com a Lei nº 1.920, que desdobrou o então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios: Saúde e Educação e Cultura.

- 19.** Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:
- (...) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
 (...) É dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
 (...) A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.
 (...) A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.
 A sequência correta é:
- V, F, V, F.
 - V, V, F, V.
 - V, F, V, V.
 - V, V, F, F.
-
- 20.** O Serviço Social no Brasil surgiu a partir dos anos 1930, quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização no país:
- A emergência da profissão encontra-se relacionada à articulação dos poderes dominantes (burguesia industrial, oligarquias cafejeiras, Igreja Católica e Estado varguista) à época, com o objetivo de controlar as insatisfações populares e frear qualquer possibilidade de avanço do comunismo no país.
 - A emergência da profissão encontra-se relacionada à necessidade de atender as demandas dos poderes dominantes (burguesia industrial, oligarquias cafejeiras, Igreja Católica e Estado varguista) à época, com o objetivo de conter as insatisfações populares e frear qualquer possibilidade de avanço do comunismo no país.
 - A emergência da profissão encontra-se relacionada à articulação das poucas profissionais existentes contra os poderes dominantes (burguesia industrial, oligarquias cafejeiras, Igreja Católica e Estado varguista) à época.
 - A emergência da profissão encontra-se relacionada à articulação dos poderes dominantes (burguesia industrial, oligarquias cafejeiras, Igreja Católica e Estado varguista) à época, com o objetivo de controlar as insatisfações populares e frear qualquer possibilidade de avanço do comunismo no país.
-
- 21.** Os anos no qual o ensino de Serviço Social e a profissão foram regulamentados são, respectivamente:
- O ensino foi reconhecido em 1953 e a profissão foi regulamentada em 1957.
 - O ensino e a profissão foram reconhecidos no mesmo ano, em 1953.
 - O ensino foi reconhecido em 1957 e a profissão foi regulamentada em 1960.
 - O ensino foi reconhecido em 1963 e a profissão foi regulamentada em 1970.
-
- 22.** Somente podem exercer a profissão de Assistente Social de acordo com a Lei da Regulamentação da Profissão:
- Possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente. Em caso de diplomas expedidos por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniados ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil. Ambos devem apresentar registro dos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos da Lei de Regulamentação da Profissão.
 - Possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior, devidamente registrado no órgão competente. Em caso de diplomas expedidos por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil. Ambos devem apresentar registro dos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos da Lei de Regulamentação da Profissão.
 - Possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País ou estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniados ou não com o governo brasileiro. Ambos devem apresentar registro dos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos da Lei de Regulamentação da Profissão.
 - Possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente. Em caso de diplomas expedidos por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniados ou não com o governo brasileiro, não é necessário ser revalidado, apenas registrado em órgão competente no Brasil. Ambos devem apresentar registro dos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos da Lei de Regulamentação da Profissão.
-
- 23.** Identifique por (V) Verdadeiro ou (F) Falso nas afirmações abaixo:
- (...) A internação de pessoas acometidas de transtorno mental, em qualquer de suas modalidades, pode ser indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.
 (...) O tratamento de pessoas acometidas de transtorno mental não visa, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.
 (...) O tratamento de pessoas acometidas de transtorno mental, em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.
 (...) É possibilitada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.
 A sequência correta é:
- V, F, V, F.
 - F, F, V, F.
 - V, F, V, V.
 - V, V, F, F.

- 24.** A Lei 7853/99, normatiza e assegura o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência:
- Nesta norma são considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição Federal e justificados pelos princípios gerais de direito.
 - Nesta norma são considerados os valores básicos da igualdade e equidade, de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição Federal e justificados pelos princípios gerais de direito.
 - Nesta norma são considerados os valores básicos da igualdade e equidade, de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, da garantia de direitos e outros, indicados na Constituição Federal e justificados pelos princípios gerais de direito.
 - Nesta norma são considerados os valores básicos da igualdade e equidade, de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, da garantia e defesa de direitos e outros, indicados na Constituição Federal e justificados pelos princípios gerais de direito.
- 25.** De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, a organização da Assistência Social, tem como base as diretrizes:
- Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações na esfera do governo federal; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações na esfera municipal e estadual; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações na esfera do governo federal; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo estadual.
- 26.** A Lei Maria da Penha, 11.340/ 2006, cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos:
- Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil;
 - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil.
 - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, Constituição Federal e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil.
 - Constituição Federal e possíveis tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil.
- 27.** São eixos estruturantes do SUAS- Sistema Único da Assistência Social:
- Matricialidade Sócio-Familiar; descentralização político-administrativa e territorialização; co-responsabilidade entre os três entes federados; financiamento; Controle Social; a política de Recursos Humanos; a informação, o monitoramento e a avaliação.
 - Matricialidade Sócio-Familiar; descentralização político-administrativa e territorialização; co-responsabilidade entre os três entes federados; Controle Social; a política de Recursos Humanos; a informação, o monitoramento e a avaliação.
 - Matricialidade Sócio-Familiar; descentralização político-administrativa e territorialização; co-responsabilidade entre os três entes federados; financiamento; a política de Recursos Humanos; a informação, o monitoramento e a avaliação.
 - Matricialidade Sócio-Familiar; descentralização político-administrativa e territorialização; co-responsabilidade entre os três entes federados; financiamento; Controle Social; a informação, o monitoramento e a avaliação.
- 28.** Atualmente muitos profissionais veem o trabalho cotidiano como um grande obstáculo que lhes impede a um exercício profissional comprometido com o projeto ético-político. No entanto cabe ao Assistente Social:
- Racionalizar esse fazer burocrático e pontual, vislumbrando alternativas de ação coletivas para o cotidiano da instituição onde se insere.
 - Sensibilizar esse fazer burocrático e pontual, vislumbrando alternativas de ação coletivas para o cotidiano da instituição onde se insere.
 - Desnacionalizar esse fazer burocrático e pontual, vislumbrando alternativas de ação coletivas para o cotidiano da instituição onde se insere.
 - Dessensibilizar esse fazer burocrático e pontual, vislumbrando alternativas de ação coletivas para o cotidiano da instituição onde se insere.

29. A partir da década de 90, verifica-se o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que no Brasil em outros países, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo etc., promoveram:

- A liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população.
- A efetivação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população.
- A incorporação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população.
- A anulação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a desprivatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população.

30. Em relação ao Serviço Social e a interdisciplinaridade, podemos dizer que:

- O Serviço Social compartilha de um trabalho coletivo que visa à humanização do atendimento. Por ser uma profissão histórica e socialmente determinada, que atua nas variadas expressões da questão social, tendo como um dos seus princípios a ampliação e consolidação da cidadania, através desse trabalho, o Serviço Social busca uma abordagem ao usuário como cidadão e sujeito de direito e integrante de diferentes segmentos da classe trabalhadora.
- O Serviço Social compartilha de um trabalho coletivo que visa à humanização do atendimento. Por ser uma profissão histórica e socialmente determinada, que atua em algumas expressões da questão social, tendo como um dos seus princípios a ampliação e consolidação da cidadania, através desse trabalho, o Serviço Social busca uma abordagem ao usuário como cidadão e sujeito de direito e integrante de diferentes segmentos da classe trabalhadora.
- O Serviço Social compartilha de um trabalho coletivo que visa à humanização do atendimento. Por ser uma profissão histórica e socialmente determinada, que atua em poucas expressões da questão social, tendo como um dos seus princípios a ampliação e consolidação da cidadania, através desse trabalho, o Serviço Social busca uma abordagem ao usuário como cidadão e sujeito de direito e integrante de diferentes segmentos da classe trabalhadora.
- O Serviço Social compartilha de um trabalho coletivo que visa à humanização do atendimento. Por ser uma profissão histórica e socialmente determinada, que atua nas mínimas expressões da questão social, tendo como um dos seus princípios a ampliação e consolidação da cidadania, através desse trabalho, o Serviço Social busca uma abordagem ao usuário como cidadão e sujeito de direito e integrante de diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Analise o fragmento do texto “Os Mosquitos Transgênicos”, de Gustavo Simon, e responda as questões 31 e 32:

*“A dengue é uma praga nos países de clima quente. A cada ano são registrados 50 milhões de casos e 25.000 mortes. Só no Brasil são 1 milhão de doentes por ano. Sem que exista um remédio eficaz ou uma vacina, o combate à doença é feito basicamente com medidas sanitárias para eliminar o agente transmissor, o *Aedes aegypti*. Mas os efeitos são bastante limitados. Isso pode mudar em breve. Duas novas e tremendamente mais eficientes estratégias para reduzir a população desse mosquito, produzidas por engenharia genética, estão agora nas etapas finais dos estudos que precedem seu emprego em massa. O resultado positivo dessas experiências foi publicado na revista *Science*, na semana passada. O primeiro desses estudos, financiado por Bill Gates, da *Microsoft*, e realizado por cientistas americanos e australianos, constituiu em infectar os mosquitos transmissores com a bactéria *Wolbachia*. Inofensivo para o ser humano, esse micro-organismo age sobre o vírus da dengue, impedindo seu desenvolvimento. O método já foi testado em laboratório e deve agora ser experimentado em zonas rurais. (...)”*
Fonte: Revista *Veja*, 16/11/2011.

31. De acordo com o texto, analise a afirmativa incorreta:

- No Brasil há um alto índice de doentes por ano.
- A prevenção da dengue é feita basicamente através de medidas sanitárias.
- A vacina foi testada em zonas rurais e obteve êxito.
- A dengue pode levar à morte.

32. Sobre a nova estratégia para reduzir a população desse mosquito, assinale a alternativa incorreta:

- A revista *Science* publicou o resultado positivo dessa experiência.
- Os *Aedes aegypti* foram infectados pela bactéria *Wolbachia*.
- Bill Gates, da *Microsoft*, foi o responsável pelo financiamento do primeiro desses estudos.
- As estratégias estão sendo implantadas no Brasil.

33. Complete as lacunas abaixo, com a devida ortografia das palavras, e aponte a alternativa correta:

Houve um _____ na comunidade sobre os _____ daquela mulher.

- Borburinho – privilégios.
- Burburinho – privilégios.
- Borborinho – privilégios.
- Burburinho – privilégios.

34. Aponte a alternativa em que há erro de regência:

- Eu confio em você em qualquer situação.
- Nós somos versados em música clássica.
- Você foi cruel para com ele.
- Ela parou rente a calçada.

35. Indique a alternativa que possui erro quanto à concordância nominal:

- A sua presença aqui é necessária.
- Não havia roupas bastantes para colocar nos armários.
- Vai inclusa ao convite a lista de presentes do casamento.
- Com essa acusação, a deputada está meia apreensiva.

36. O termo em destaque na oração abaixo se classifica como:

Aos meus amigos comunico minha viagem ao Nepal.

- Objeto direto.
- Predicativo do sujeito.
- Objeto indireto.
- Adjunto adnominal.

37. Aponte a alternativa em que há palavra escrita em desacordo com a norma culta da língua:
- Após pegar bater a bandeja, derrubou todas as bebidas no chão.
 - A crise financeira do país me fez analisar os gastos da empresa.
 - A comunidade portuguesa compareceu ao programa de televisão.
 - O mais incrível é que naquela rua havia apenas dois bueiros.
-
38. **Havia cinco suítes naquele apartamento.** Sobre o sujeito da oração, indique a alternativa correta:
- É indeterminado.
 - É “apartamento”.
 - É “cinco suítes”.
 - É inexistente.
-
39. Complete as lacunas abaixo de acordo com a norma culta da língua:
Durante a _____, a freira ficou _____ após a homenagem.
- Catequeze – lisonjeada.
 - Catequese – lisonjeada.
 - Catequeze – lisonjeada.
 - Catequese – lisonjeada.
-
40. Aponte a alternativa em que o termo em destaque foi empregado de forma incorreta:
- Você precisa perder essa mania de ficar contando seus passos.
 - O prazo para atualizar aquele serviço expirou.
 - A cena foi perfeitamente descrita pela jornalista.
 - A sua atitude não sortiu efeito.
-
41. Analise as palavras abaixo e aponte a alternativa correta:
Cachimbo – fantoxe – cachumba – chicória
- As quatro palavras estão escritas incorretamente.
 - Apenas uma palavra está escrita incorretamente.
 - Duas palavras estão escritas incorretamente.
 - Três palavras estão escritas incorretamente.
-
42. No primeiro ano do século XXI, ocorreram atentados terroristas contra os Estados Unidos. Naquela ocasião, o governo norte-americano culpou o grupo terrorista Al-Qaeda por esses atos. A principal base e campos de treinamento desse grupo terrorista localizavam-se:
- No Iraque.
 - No Afeganistão.
 - No Irã.
 - Na Líbia.
-
43. Em março de 2011 um terremoto, seguido de um tsunami e um acidente nuclear devastou algumas cidades do nordeste do Japão, deixando toda a população japonesa aflita. Assim, acerca dos seus conhecimentos, assinale a alternativa em que as cidades foram diretamente atingidas pela catástrofe:
- Sendai e Osaka.
 - Osaka e Fukushima.
 - Tóquio e Osaka.
 - Sendai e Fukushima.
-
44. Qual é o capital que quando aplicado a 2% ao mês por 3 meses, gera a mesma quantia de juros que rende esse mesmo capital se aplicado a 1,5% ao ano durante 4 anos, sabendo que o juro obtido nas duas aplicações a juros simples é R\$ 5.400,00?
- R\$ 60.000,00.
 - R\$ 21.000,00.
 - R\$ 38.000,00.
 - R\$ 90.000,00.
-
45. Quantos dias demorarão 16 máquinas para embalar 57.600 ovos de Páscoa, sabendo que 5.000 ovos iguais aos primeiros foram embalados por 20 máquinas em 5 dias?
- 68 dias.
 - 36 dias.
 - 72 dias.
 - 48 dias.
-
46. Qual é a soma dos múltiplos de 7, compreendidos entre 20 e 80?
- 547.
 - 636.
 - 724.
 - 441.
-
47. Um barril contém suco até os $\frac{4}{5}$ de sua capacidade faltando 6.000 l para enchê-lo. Sabendo que esse barril é retangular e mede 5 m de comprimento por 2 m de largura, qual é a sua altura?
- 6 m.
 - 1,5 m.
 - 2 m.
 - 3 m.
-
48. A diretoria de uma sociedade é composta por 12 pessoas. Quantas comissões de 5 pessoas podem ser formadas?
- 792.
 - 848.
 - 210.
 - 640.
-
49. Qual o volume de um cilindro que tem 5 cm de raio e 12 cm de altura?
- 60 cm³.
 - 18,84 cm³.
 - 314 cm³.
 - 148 cm³.
-
50. Qual é a fração cuja soma dos termos é 221 e que é igual a $\frac{5}{8}$?
- $\frac{96}{125}$.
 - $\frac{64}{157}$.
 - $\frac{85}{136}$.
 - $\frac{62}{157}$.